

# ***UNS QUÊS E ALGUNS PORÊNS: UMA COMPREENSÃO FUNCIONALISTA DAS ATITUDES POLÍTICAS***

**Matheus Alves Custódio**

Bacharel em Psicologia

Centro Universitário Vale do Salgado

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3714367573902993>

E-mail: [mthsalvesc@gmail.com](mailto:mthsalvesc@gmail.com)

**Jéssica Queiroga de Oliveira**

Doutoranda em Psicologia Social

Universidade Federal da Paraíba

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1014846724462256>

E-mail: [jessicaaqueiroga@gmail.com](mailto:jessicaaqueiroga@gmail.com)

**Artigo Original**

**Recebido em: 29 de Julho de 2021**

**Aceito em: 25 de Outubro de 2021**

## **RESUMO**

A política, por se tratar de um fenômeno enraizado no cerne das relações humanas, constitui-se enquanto desenvolvimento, produção e manutenção da vida, sendo percebida através de atitudes capazes de gerir ações em prol da cidadania, dos direitos e das decisões que regem a existência em sociedade. Objetivou-se, mediante análises empíricas, compreender a relação que há entre valores humanos e atitudes políticas. Contou-se com uma amostra, não probabilística, de 204 estudantes universitários da cidade de Icó (CE), apresentando idade média de 21.4% anos (DP = 4.29), em maioria do sexo feminino (84.8%) e praticantes da religião católica (65.9%). Foram utilizados para a coleta de dados, os seguintes instrumentos: a Escala de Atitudes Sociais Perante à Política, o Questionário dos Valores Básicos e um Questionário Sociodemográfico. Os resultados propuseram que subfunções valorativas, especificamente, de motivador humanitário como suprapessoal e interativa estão associadas as atitudes políticas. Concluiu-se que os valores podem ser uma variável importante na explicação das atitudes políticas, sobretudo, aqueles que favorecem maior abertura à mudança e socialização.

**Palavras-chave:** Atitudes Políticas. Comportamento Social. Valores Humanos.

***SOME QUESTIONS AND SOME POSSESSES: A FUNCTIONALIST  
UNDERSTANDING OF POLITICAL ATTITUDES***

**ABSTRACT**

The politics, it is a phenomenon rooted in the core of human relations, constitutes itself as development, production and maintenance of life, being perceived through attitudes able of managing actions in favor of citizenship, rights and decisions that govern existence in society. The objective was, through empirical analysis, to understand the relationship between human values and political attitudes. There was a non-probabilistic sample of 204 university students from the city of Icó (CE), with an average age of 21.4% years ( $SD = 4.29$ ), mostly female (84.8%) and practitioners of the catholic religion (65.9%). The following instruments were used for data collection: the Social Attitudes Against Politics Scale, the Basic Values Questionnaire and a Sociodemographic Questionnaire. The results proposed that evaluative subfunctions, specifically, of humanitarian motivator as suprapersonal and interactive are associated with political attitudes. It was concluded that values can be an important variable in explaining political attitudes, especially those that favor greater openness to change and socialization.

**Keywords:** Political Attitudes. Social Behavior. Human Values.

**INTRODUÇÃO**

Por se tratar de um fenômeno enraizado no âmago das relações humanas, a política constitui-se como a convenção de pessoas no desenvolvimento, cultivo e manutenção da vida, desta maneira, queira-se ou não, estamos inclusos em um processo político que envolve atitudes em formas de agir e existir. A definição de política, então, é análoga ao que somos, com interferências em nossa educação, condição social e bem-estar (OSER; HOOGHE, 2018). Destarte, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz, no parágrafo único do art. 1º, uma pressuposição fundamental de um Estado democrático ao emitir que todo poder deriva do povo. Nesse sentido, a história da humanidade, no atual contexto, dispõe como um de seus principais caracterizantes o pluralismo nas mais distintas esferas da convivência, de modo que tem suscitado num processo veloz de mudanças organizacionais, que anuncia efeitos significativos sobre o comportamento político (ZAMBAM; FRÖHLICH, 2018).

Dentro de tal conjuntura, é possível constatar a percepção de agente político ou de homem ao longo da civilização como sujeitos de direitos nas democracias contemporâneas, assumindo referenciais seguros e bem alicerçados que consideram sua disposição na edificação de horizontes de análise. A esse respeito, é indispensável marcar

a ideia de política que adotamos, dado que, até a primeira metade do século XX, os estudos que se referiam a este acontecimento limitavam sua atenção ao que podemos batizar de modalidades de atuação votantes, com notoriedade para o comparecimento eleitoral e o envolvimento com os partidos políticos (RIBEIRO; BORBA, 2016). Sob essas condições, a literatura é assertiva ao apontar no campo da Psicologia Social que a política é percebida como ações que permitem gerir intervenções e condutas alinhadas a cidadania, aos direitos e das decisões que pautam a vida em comunidade (COELHO JÚNIOR *et al.*, 2018).

Configurando-se como promotores na tomada de julgamentos, parece adequado consentir as atitudes uma espécie de fio condutor aos modos com qual os sujeitos compreendem, avaliam e se posicionam diante do objeto política, não diretamente pela sua dimensão aos enfoques comportamentais, mas, especialmente, pela manifestação de questões condicionadas no meio civil (RENNÓ; TURGEON, 2016). Lembremos, nesse caso, que um dos pilares de uma sociedade é a sua participação política, assim, é praticamente difícil rememorar que sujeitos integrados em ambientes grupais adotem posturas longe de toda a sua convencionalidade. Portanto, como sistemas cognitivos que representam as necessidades humanas e exercem mediações nos processos de socialização e atitudes, destaca-se os valores humanos nos meandros dessa discussão, entendendo sua magnitude por subsidiar grandes respostas as demandas coletivas, cujo emprego é realizar uma posição de termômetro e presumir os estados febris dos círculos societários (GOUVEIA, 2016).

Mesmo apesar do crescente empenho da Psicologia, Cantijoch, Cutts e Gibson (2015), Deluca e Yanos (2015), Randles *et al.*, (2017) e Sales, Fontes e Yasui (2018) alertam que se faz necessário a efetuação e produção de pesquisas que contribuam para conhecer de maneira mais tangível as atitudes políticas da população geral, rompendo com a noção exclusivamente relacionada a ideiação partidária e eleitoral. Dito isto, o vigente estudo buscou compreender em que medida os valores humanos se correlacionam com as atitudes políticas. Neste ângulo, inicialmente, procura-se apresentar as atitudes políticas, oferecendo sua conceitualização, *a posteriori*, consideram-se os valores humanos, explanando brevemente o quadro de seus estudos, dando ênfase ao modelo que vem se consolidando, isto é, a teoria funcionalista dos valores humanos e, por fim, delinea-se o estudo empírico propriamente.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### ATITUDES POLÍTICAS

Embora tenha sido uma temática largamente estudada pelos psicólogos sociais em diferentes épocas, o termo atitude ainda se mostra bastante controverso. Tal movimento não se dá a esmo. Dessa forma, não demorou para que formulações teóricas chegassem a um consenso e delimitasse esse construto enquanto uma composição de cognições e crenças em geral, dotadas de uma carga afetiva positiva ou negativa com respeito a um objeto específico e predisposta a uma ação comportamental (VALA; MONTEIRO, 2013). Com base nisso, presume-se que as atitudes possuam uma estrutura interna quanto a sua formação, cuja integração é referida por uma lógica tripartite, sendo elas: cognitiva, afetiva e conativa. Esses elementos são mutuamente interdependentes, de costume que, os pensamentos são apoiados por emoções, o que irá inclinar numa atuação volitiva (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2016).

Fica evidente que as explicações atitudinais apresentadas pelos sujeitos para a política não se dão puramente por uma ordem racional, além disso, coexistem outros fenômenos sociopsicológicos (e.g., valores, crenças e personalidade) que impactam o seu funcionamento. A partir de então, o que se sabe é que, o conceito de cultura política se estabeleceu, ou seja, seus sentidos são dispostos e os conhecimentos e papéis sociais difundidos e compartilhados entre a coletividade. É, pois, ao redor destes esquemas que homens e mulheres se reconhecem e aderem aos seus signos e rituais. No entanto, é postulado uma interface entre a modulação cultura *vs.* atitude fornecendo explicações amplas e internamente consistentes, que possibilitam condensar esse aparelhamento através de três extensões: cognitiva, afetiva e avaliativa (BAPTISTA, 2015).

O que tal uso dessas extensões nos permitiu analisar foi, essencialmente que, a cognição pauta-se nas crenças e no discernimento dos sujeitos acerca de todo o sistema político, quem são seus atores, seus hábitos e atuações e a capacidade em processar informações oriundas desta atmosfera. Entretanto, o nível afetivo inclui-se os sentimentos e apegos individuais perante a estrutura política e os modos como são digeridos estes aspectos, por outro lado, a extensão avaliativa engloba a apreciação que os princípios cognitivos e afetivos consentem realizar na instância de determinar e revelar-se

posicionamentos com relação à política e as normas de uma cultura (DIAS; KERBAUY, 2015).

Depois de lançarmos mão de alguns elementos que sintetizam a elaboração teórica sobre a cultura política, achamos importante reconhecer que nesse entremeio as atitudes passam a ser estabelecidas como produtos dos ideários de uma civilização. Nessa direção, as atitudes políticas resultam de um processo de identificações, uma vez que, possibilitam a insurgência de uma compatibilidade grupal (OKADO RIBEIRO; LAZARE, 2018). Tal processo se transfigura e acende a começar o advento dos movimentos sociais e do crescimento das manifestações de participação pública sob diferentes eixos de complexidade, cabendo citá-los: aparições políticas, comparecimento em debates e reuniões, organização de associações em prol de objetivos conjuntos e resolução de assuntos que assolam o convívio em sociedade (RIBEIRO; BORBA, 2016).

Guiados pela dissidência dessas ocorrências, visto que não poderia ser diferente, caracterizar as atitudes políticas certamente apreende, sobretudo, as forças que tais influências tencionam no engajamento dos cidadãos e, nessa conformidade, o espaço político vem a ser uma divisão quanto se referir ao agir do homem, melhor dizendo, do *homo politicus*. Têm-se um sujeito que nas suas relações com os membros de um grupo, destina-se, majoritariamente, para a execução do poder através de posturas impositivas, repressivas e alienadoras, seus vínculos são de dominação e de neutralização de todas as carências da natureza humana. Em divergência, coincide de haver aquele que exerce seus direitos como sujeitos na transformação da comunidade em que habita (COSTA; PRADO, 2016).

O importante é que ao longo desse *modus operandi* indaga-se uma nova representação sobre atuar politicamente, em outras palavras, marcada por conjunções vastas de concepções que sinalizam as atitudes políticas, isso devido ao fato do construto em presença de determinado objeto tender a servir como alicerce para as ações desencadeadas no contato com ele. Igualmente, a construção de um espaço político requer, dentre outras razões, sujeitos capazes de administrar as variantes de se envolver com dado fenômeno. Precisamente por esses motivos, as atitudes políticas permitem-nos com que seja admissível modernizar as formas de cooperação dos movimentos cidadãos, por intermédio da abertura de espaços para a ação e discussão, da participação política de cada um e de todos. Analisar o comportamento político das novas gerações é buscar pistas

para entender como se darão algumas transformações nas relações políticas vindouras (CARNEIRO; TORRES; EKMAN, 2016).

## VALORES HUMANOS

Falar em valores é algo constante e muito presente no cotidiano das pessoas, isto se dá, mediante o fato de possuírem uma atribuição importante no processo seletivo das atitudes e ações humanas. Por isso, é arbitrário reconhecer precisamente a episteme de formação dos valores, sendo que, o homem enquanto produto do cerne social, é substancialmente axiológico (ROS; GOUVEIA, 2015). É em meio a essa problematização que os valores têm sido instrumentos de diversos desenvolvimentos teóricos, instituindo-se modelos que os explicam nos âmbitos individual/pessoal e grupal/societal (TORRES; SCHWARTZ; NASCIMENTO, 2016). A fim de tornar exequível a discussão proposta, considera-se apenas a perspectiva psicológica, que versa o sujeito como componente basilar de análise, tomando-se em conta nomeadamente a teoria funcionalista (GOUVEIA, 2016).

Baseando-se no pressuposto de que os valores humanos são princípios-guias que representam cognitivamente as necessidades e transcendem situações específicas, o enfoque doravante nessa vertente dos estudos sobre os valores, e não em outras, justifica-se por partirmos da premissa de que eles se constituem como metas superiores individuais. A referida teoria não se menciona como um projeto opositor aos seus antecessores, mas sugere uma composição integrativa, parcimoniosa e teoricamente fundamentada que procura unificar dois modelos internacionais, tipificando evidências de sua universalidade e consentindo que avanços sejam obtidos acerca da temática. O primeiro deles aponta a noção dos valores como metas terminais (objetos finais) ou instrumentais (modos de agir) que manifestam interesses do sujeito, da coletividade ou de ambos quanto a um tipo de motivação. Já o segundo indica a concepção materialista e pós-materialista, quer dizer, a notoriedade está no entorno da nação e da cultura com subtração das prioridades eminentemente individuais (GOUVEIA, 2013).

Entendida como um operador que assinala subsídios sociopsicológicos, a teoria funcionalista estabelece alguns princípios responsáveis por sedimentar o seu núcleo rígido, dentre os quais: (1) sua natureza humana é visualizada como habitualmente

benevolente, digo, os valores são essencialmente positivos, embora alguns possam manifestar acepções de cunho negativo; (2) os valores admitem uma base motivacional, assumindo apenas necessidades beneficentes e expressando-as cognitivamente; (3) eles são princípios-guias do comportamento, adotando padrões intrínsecos e singulares, ou seja, são categorias que orientam as condutas ainda que em diferentes ambientes sociais; (4) retêm um caráter terminal, caracterizando um propósito em si e (5) possuem uma condição perene, admitindo-se que os valores permanecem os mesmos no tempo e espaço, variando em razão de suas preferências (REZENDE *et al.*, 2019).

Sob esse prisma analítico, é indicado que os valores humanos apresentem em sua axiologia duas dimensões funcionais. Por um lado, seria aludir as ações do homem numa orientação social (inclinada para as sociedades, grupos e coletividades); pessoal (inclinada para o próprio sujeito e sua individualidade); e central (inclinada para o ajustamento entre ambos os polos). De outro lado, evidencia-se as necessidades dos valores em motivadores materialistas (ligados em aspectos pragmáticos) e humanitários (ligados em aspectos idealistas e juízos abstratos que independem de requisitos materiais). Como vemos, os eixos dimensionais são rudimentos básicos para consolidar os valores, sendo habituais em estudos antecedentes direcionando-nos na aquisição da compreensão do campo valorativo (GOUVEIA *et al.*, 2015a).

A combinação das funções tipo de orientador e tipo de motivador sublinham o mapeamento de uma estrutura duplex 3x2, da qual reflete seis quadrantes, ou, em demasiados termos, a proveniência de seis subfunções dos valores humanos, que são: (1) interativa (social-humanitário): concebida pela dedicação aos relacionamentos interpessoais e desejos por amor, pertença e filiação; (2) normativa (social-materialista): representa o cumprimento das normas, tradições e preservação dos sistemas tradicionais de autoridade; (3) suprapessoal (central-humanitário): inclui o enfoque da autorrealização, sendo conduzidos a tendências universais nas maneiras de agir e estar no mundo; (4) existência (central-materialista): defende as necessidades orgânicas, de segurança e estabilidade pessoal dos sujeitos; (5) experimentação (pessoal-humanitário): concerne a busca de prazer e satisfação de impulsos fisiológicos, estando minimizadas objeções quanto o alcance de *status* social; (6) realização (pessoal-materialista): relacionada com a carência de autoestima e crescimento pessoal, geralmente interligados à esfera de ascensão pública e profissional (WACHELKE; RODRIGUES, 2015).

Observa-se que a teoria funcionalista reúne evidências de sua adequabilidade psicométrica, mostrando-se pertinente em múltiplos cenários e para explicar um acervo de variáveis, que incluem crenças, atitudes e interesses, a título de elucidação (SOUZA *et al.*, 2015). Por conseguinte, suas hipóteses (conteúdo e estrutura) têm sido contempladas em mais de 90% dos estados em território nacional, assim como, em países de todo o mundo. No geral, parece adequado levar em conta que o modelo em discurso coincide de ser plausível e reiterar que se trata de um substrato teórico admitido para depreender os valores dos sujeitos, de maneira que, esses sobreditos são frutos de interações coletivas desde o início de sua existência. À vista desses argumentos, certifica-se que qualquer ciência não esvaece em sua competência de prover novos saberes que possibilitem entoar esclarecimentos aos acontecimentos em investigação, em especial, a vida humana (GOUVEIA, 2016).

## **MÉTODO**

### *Participantes*

Contou-se com a colaboração de 204 estudantes universitários da cidade de Icó (CE), apresentando idade média de 21.4% anos ( $DP = 4.29$ ). Estes em maioria são do sexo feminino (84.8%), solteiros(as) (88.8%) e adeptos a religião católica (65.9%). Tratou-se de uma amostra por conveniência, portanto, não-probabilística, havendo participado aqueles que, presentes no ambiente de sala de aula, concordaram em fazê-lo voluntariamente.

### *Instrumentos*

Além de questões sociodemográficas (e.g., faixa etária, sexo, estado civil e religião) introduzidas no prelúdio do livreto, os participantes foram solicitados a responder as medidas descritas a seguir, todas de cunho autoaplicável:

Escala de Atitudes Sociais Perante à Política (EASP – Coelho Júnior *et al.*, 2018). O instrumento é composto por 24 itens, com alfa de 0.82, 0.72 e 0.80, objetivando avaliar aspectos sobre as atitudes políticas, sendo subdividida recorrendo a lógica tridimensional

do conceito de atitudes: o grau de conhecimento sobre política, emoções e afetos sobre política e intenção comportamental sobre política (e.g., *a política faz parte da vida das pessoas; as pessoas se envolvem na política por paixão*). Para sua resolução, é necessário que os partícipes ajuízem o grau que cada item representa adequadamente em sua vida por intermédio de uma escala *likert* de 11 pontos com variância de 0 (*nunca*) e 10 (*sempre*).

Questionário dos Valores Básicos (QVB – Gouveia, 2016). O instrumento é composto por 18 itens, com alfa de 0.48 a 0.57, objetivando avaliar um conjugado de valores específicos, sendo subdividido por subfunções no desígnio de representar seus componentes valorativos, entendendo que, cada subfunção é apresentada por dois descritores (e.g., *poder* é caracterizado como: *ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser chefe de uma equipe*). Para sua resolução, é necessário que os partícipes indiquem o grau de relevância que cada item possui como um princípio-guia em sua vida por intermédio de uma escala *likert* de 7 pontos com variância de 1 (*totalmente não importante*) e 7 (*extremamente importante*).

### *Procedimentos*

O estudo foi realizado após assinatura do Termo de Anuência da Instituição Coparticipante e aprovação do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Leão Sampaio (CAAE: 19410319.8.0000.5048). Isto posto, a coleta de informações sucedeu-se com base nas seguintes etapas: (1) agendamento de turmas e horários com os docentes e coordenadores da instituição sobre os cuidados à pesquisa; (2) os aplicadores solicitaram a cooperação em caráter voluntário dos estudantes, de modo que, foram expostos os objetivos do estudo e ressaltado o anonimato face a participação, bem como, esclarecendo-lhes sobre a eventualidade de desistência sem acarretar quaisquer prejuízos ou ônus aos pesquisadores.

Apesar da aplicação do questionário ter sido efetuada no ambiente de sala de aula, na versão caneta e papel, de maneira coletiva, as respostas ocorreram de forma individual; (3) os preceitos ético-legais foram respeitados conforme aponta a Resolução CNS 510/2016, assim, a todos entregou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o

Termo de Consentimento Pós-Esclarecido. Em regra, levaram cerca de 20 minutos para terminá-lo.

### *Organização e Análise Dos Dados*

Os dados foram tabulados em uma planilha eletrônica no *Microsoft Excel* para controle das informações obtidas, em seguida, utilizou-se o *Statistical Packpage for the Social Sciences* (SPSS) em sua versão 23, permitindo a inferência de estatísticas descritivas. Empregou-se também, a análise de correlação para estimar a associação entre os construtos em investigação (PASQUALI, 2015; MARÔCO, 2018). De modo subsequente, fez-se a apresentação destes por meio da discussão intercedida pela literatura pertinente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Reunindo o que já havia sido exposto, trata-se de afirmar, então, que as atitudes políticas surgem em uma tensão, num espaço munido por acontecimentos, simultaneidades, atravessamentos e interrupções de fluxos, ela é, aqui, um labirinto, do qual convidamo-nos a percorrer em terrenos movediços, daquilo que não se espera, porém, são capazes de produzir reflexões. Considerando essas engrenagens, inicialmente, optou por examinar a frequência das médias dos fatores estudados, tal como, em que mote os valores humanos (subfunções) se correlatam com as dimensões das atitudes políticas. A seguir, conforme a Tabela 1, podemos observar essas verificações.

**Tabela 1:** Correlatos entre valores humanos e atitudes políticas

	Conhecimento sobre política	Emoções e afetos sobre política	Intenção comportamental sobre política
Interativa	0.19**	-0.04	0.18**
Normativa	0.07	0.07	0.07
Suprapessoal	0.21**	-0.00	0.05
Existência	0.10	0.11	-0.03
Experimentação	0.10	0.00	0.04
Realização	0.07	-0.00	-0.04

Nota. \*\*  $p < 0.01$  (Teste bicaudal).

O ponto de sutura desses resultados se deu mediante o emprego de correlações  $r$  de *Pearson* tendo por exemplo as variáveis dos construtos em questão, de modo igual, identificou-se que as subfunções de valores materialistas (normativa, existência e realização) e pessoal-humanitário (experimentação) constataram inflexibilidades em seu emparelhamento quanto aos escores indicados pelo estudo, ou melhor, apresentaram correlações psicométricas negativas e poucos significativas com todas as dimensões das atitudes políticas.

Ademais, foram encontradas correlações fortemente positivas e significativas ( $p < 0.01$ ) da subfunção interativa (social-humanitário) com duas dimensões das atitudes políticas [grau de conhecimento sobre política ( $r = 0.19$ ;  $p < 0.01$ ) e intenção comportamental sobre política ( $r = 0.18$ ;  $p < 0.01$ )], assim, sujeitos que tem por foco convicções comunitárias e interpessoais inclinam-se a possuir uma maior aquisição cognitiva e atuarem de forma mais linear e convicta em prol de seus desígnios e ideais. Obtivemos, ainda, que a pontuação na subfunção suprapessoal (central-humanitário) se correlacionou nesses mesmos termos com o grau de conhecimento sobre política ( $r = 0.21$ ;  $p < 0.01$ ), apontando ao fato de que sujeitos regidos por valores de conhecimento e maturidade propendem aprender intelectualmente assuntos que consideram importantes para o seu atuar no mundo.

A despeito de estudos anteriores Pereira, Torres e Barros (2004), Fernandes (2009), Fuks (2011) e Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) já avaliarem correlatos atitudinais sobre o objeto política, não foram identificadas pesquisas que mensurassem, especificamente, as atitudes políticas e os valores humanos, tomando como base a teoria funcionalista. Situa-se que o estudo se dedicou a compreender o mote em que esses construtos se associam empiricamente. Acredita-se que tal finalidade tenha sido alcançada. Ora, os valores têm exercido um papel importante na explicação dessas atitudes, corroborando sua implicância e centralidade no sistema cognitivo dos sujeitos (GOUVEIA, 2013). No entanto, as atitudes não podem ser reduzidas aos valores, isto é, outros elementos preditores podem ser cultivados, incluindo os de ordem pessoal (e.g., indicadores de desenvolvimento humano, personalidade e satisfação com a vida) e macrossocial (e.g., crença no mundo justo, orientação à dominância social e teorias da conspiração).

Haja visto, os valores humanos desempenham funções que são capazes de elucidar como atuam em determinados contextos e influenciam certas variantes. Uma dessas funções apreende o tipo de motivador: humanitário (abstrato e idealista) e materialista (concreto e pragmático). Estima-se que os sujeitos adotantes de valores humanitários costumam ser mais abertos ao novo e às experiências, conhecem opiniões divergentes e aceitam de maneira amável diferenças de outrem, em alternância, aqueles que priorizam valores materialistas abonam uma rigidez em suas relações, concordando facilmente com autoridades e integrando grupos tradicionais (GOUVEIA *et al.*, 2015b). Nesse registro, apontamos que os resultados se conduziram na direção esperada, antepondo que o motivador humanitário e a orientação central e social são mais admissíveis a reger dados relativos ao conhecimento e o engajamento político.

Discute-se o que se apresentou por meio das análises realizadas, ou seja, de que forma os escores podem ser fundamentados mediante seus atributos constitutivos. No que tange os valores suprapessoais, percebeu-se correlações positivas e expressivas com o fator grau de conhecimento sobre política, relativamente, isso significa apontar ao não conformismo com as normas e regências impostas socialmente, bem como, o apelo por explicações, informações, organizações sobre os fatos e excelência por autorrealização (Rezende *et al.*, 2019). Conforme se nota, é possível deduzir aos sujeitos que versam estes prismas tenderem a possuir um vasto repositório de saberes sobre conteúdos políticos,

exercendo seu ofício eleitoral, inserindo-se em mobilizações públicas contra indivíduos e associações que disseminam repressão ao ocupar cargos altos de poder, reivindicarem por transparência política e entenderem que tal conceito está para aquém de partidos, sendo ainda, menos resistentes a manipulação (OLIVEIRA; TURGEON, 2015). A partir desse ponto, ratifica-se que a ausência de clareza política é fonte produtiva de distorções atitudinais a nível pessoal quanto coletivo (COELHO JÚNIOR *et al.*, 2018).

Refletindo sobre as nuances que cercam a estrutura política, outro apontamento relevante é que as pessoas tipicamente sabem menos sobre política do que imaginam, desabando na chamada ilusão convincente de que suas problematizações são capazes de aclarar plausivelmente quaisquer fenômenos, ao passo que, por não contarem com essa aptidão e discernimento, colam-se em imagens e discursos, fortalecendo uma postura radical e preferindo manter sua polarização ao invés de ajuizar seus recursos cognitivos, assim, utilizam de argumentações vazias na tentativa de retirar créditos em eventos do cotidiano do que submeter-se a comentar acontecimentos de teor complexo. Isso permite-nos sinalizar muitas dúvidas a respeito do que os sujeitos supõem sobre os esquemas políticos (ASWHIN; MCVITTY, 2015; ALBA *et al.*, 2018). Desse modo, a subfunção suprapessoal é em essência a espera de que almeja uma visão mais ampla e coesa sobre o mundo, revelando maior maturidade e postulando que a aquisição de conhecimentos não prediz ameaças à estrutura social (GOUVEIA *et al.*, 2015a).

Todavia, indica-se que os valores interativos alvitram correlações positivas e significantes nos fatores grau de conhecimentos e intenção comportamental sobre política. Essas acentuações reforçam a hipótese de que tais valores ressaltam uma percepção otimista de que o homem se locomove em direção à mudança e à socialização, representadas pelas necessidades de amor, filiação e pertencimento, ambas satisfatórias na validação dos vínculos interpessoais (FONSÊCA *et al.*, 2017). Interessa-nos dizer que o entendimento da política, mesmo que conceitualmente único, são mediados por espaços de transição, a título de justificação, os estilos parentais e o universo escolar. A proximidade e contato que esses espaços admitem fazem com que grande parcela das camadas de aprendizagem dos sujeitos seja derivada de sua preponderância, semelhante ao que ocorre com os valores durante o decurso de coletivização do ser (SOARES *et al.*, 2020).

Instalou-se uma cultura nas pesquisas desenvolvidas nessa área que apontam para a juventude como a etapa mais propícia no amadurecimento de valores e práticas políticas. Com isso, o debate acerca da atuação da socialização na obtenção de informações e no padrão de participação política nos rememora, a miúdo, quão definidoras nesse progresso são às atmosferas familiar e estudantil (FUKS, 2012). Posto isto, figuras nucleares politicamente ativas e que nutrem oportunidades de diálogo sobre a classe sociopolítica, dispõem de boas chances de educarem seus filhos a serem cidadãos engajados, assim como, a ousarem redefinir conceitos em alusão às pautas que abraçam. De igual perspectiva, é no enredo escolar que se perfaz o envolvimento sólido dos cidadãos através de intenções de protestos, greves e erupções públicas diante dos sistemas organizacionais dominantes (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Nesses achados, convém ancorarmos que os autores têm procurado decifrar como se produzem as desigualdades políticas e o quão são reflexos na aquisição de conhecimentos e demais exteriores (FUKS; PEREIRA, 2011). Outrossim, os valores de existência não parecem patentear contribuições as atitudes políticas, já que, se fôssemos considerar pessoas que vivenciam estados acentuados de escassez, talvez os resultados lograriam em ter sido opostos, melhor dizendo, haveria maior variabilidade de modulação da subfunção existência (GOUVEIA, 2016). Repara-se que sujeitos oriundos de cenários onde ideias e instrução informacional são essenciais, a existência pode significar a manutenção da vida, a impugnação do *status quo*; aos que incidem superar adversidades palpáveis e materialistas, a valorização da existência simboliza o caminho de aceitação e conformidade (PALHARES *et al.*, 2018).

Os valores humanos figuram um edifício robusto para as atitudes por mais que não sejam os únicos, cabendo examinar deveras conjunturas, dispondo de evidências fidedignas que possibilitem testificá-las. Logo, as atitudes políticas cumprem uma responsabilidade pouco familiarizada, em virtude de tencionar questionamentos sobre a evolução, o crescimento e às formas de habitar e conectar-se com a sociedade. Em síntese, como ato político que se implica com os processos coletivos e contextos localizados, a tomada de atitudes políticas, a produção de subjetividades, as ciências, os rituais e o mundo devem ser vistos como obras inacabadas, possibilidades em ressonâncias, ingredientes da linguagem, de ensaios vivos entre passado e futuro, inovação e invenção (MARK, 2019).

## CONCLUSÃO

De acordo com a relevância dos resultados descritos, espera-se que o vigente estudo tenha contribuído para a ampliação do arsenal teórico no âmbito da Psicologia Social, manifestando o papel que os valores humanos podem ter na compreensão das atitudes políticas. Entretanto, como qualquer outro empreendimento científico, este não se isenta de potenciais limitações, por exemplo, a singularidade da amostra reduzida e não probabilística impede de generalizar os achados para além do grupo de participantes. Outro aspecto que carece ser reflexionado é a natureza das medidas realizadas, ambas foram de autorrelato, que embora revelem efeitos consistentes são domadas por respostas enviesadas, podendo-se falseá-las de maneira proposital, o que poderia ser amenizado contando com medidas implícitas. No entanto, tal delineamento não consistia no enquadre da pesquisa.

À guisa de conclusão, quanto aos trilhos futuros, além de sanar os iminentes problemas previamente suscitados, poder-se-á avaliar o nível educacional e intersecções de classe, raça e condições socioeconômicas no abono de atitudes políticas em demasiados grupos amostrais, contando que a literatura aponta relações de dissemelhança e ausência entre tais marcadores. Tratando-se de um estudo de método empírico, os resultados também podem ser utilizados na construção de intervenções em educação em valores humanos, dando ênfase para um processo que envolva a promoção e conscientização de atitudes políticas, oportunizando realçar valores como os interativos e suprapessoais. Somado a isso, parece interessante a realização de estudos experimentais que justifiquem o efeito das atitudes políticas em modelos de agressão, discriminação social e comportamentos cívicos (e.g., autoritarismo, nacionalismo e patriotismo, preocupação ambiental e violência entre parceiros íntimos), o que poderia confirmar na evocação de indefinidos sentimentos e posicionamentos quanto as configurações de envolvimento e engajamento político.

## REFERÊNCIAS

ALBA, G. R. *et al.* A relação entre extremismo político, ilusão de conhecimento e crenças conspiratórias e seus impactos nos eleitores de três municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração IMED**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 2, p. 23-38, 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2018.v8i2.2534>. Acessado em: 30 Mar. 2021.

ASWIN, P.; MCVITTY, D. **The european higher education area: Between critical reflections and future policies.** Alemanha: Springer, 2015.

BAPTISTA, L. O conceito de cultura de cultura política: Das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. **Revista da UFES**, Espírito Santo, v. 2, n. 5, p. 664-677, 2015.

CANTIJOCH, M.; CUTTS, D.; GIBSON, R. Moving slowly up the ladder of political engagement: A ‘spill-over’ model of internet participation. **The British Journal of Politics and International Relations**, s/l, v. 18, n. 1, p. 26-48, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-856X.12067>. Acessado em: 30 Mar. 2021.

CARNEIRO, T. L.; TORRES, C. V.; EKMAN, J. Participação política no Brasil e na Suécia: O papel dos estereótipos e do contágio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-11, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne223>. Acessado em: 05 Abr. 2021.

COELHO JÚNIOR, F. A. *et al.* Evidências de validade da escala brasileira de atitudes sociais de estudantes frente à política. **Acta Colombiana de Psicología**, Colômbia, v. 21, n. 2, p. 156-166, 2018. Disponível em: <https://www.dx.doi.org/10.14718/ACP.2018.21.2.8>. Acessado em: 03 Abr. 2021.

COSTA, F. A.; PRADO, M. A. M. Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 216-227, 2016. Disponível: <https://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20160021>. Acessado em: 20 Mai. 2021.

DELUCA, J. S.; YANOS, P. T. Managing the terror of a dangerous world: Political attitudes as predictors of mental health stigma. **International Journal of Social Psychiatry**, s/l, v. 62, n. 1, p. 21-30, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020764015589131>. Acessado em: 20 Mai 2021.

DIAS, A. L. V.; KERBAUY, M. T. M. Engajamento cívico e escolaridade superior: As eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. **Sociologia e Política**, São Paulo, v. 23, n. 56, p. 149-151, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987315235607>. Acessado em: 03 Abr. 2021.

FERNANDES, S. C. S. Sentimentos em relação à política à luz dos valores e do preconceito social. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 224-246, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000100009>. Acessado em: 05 Abr. 2021.

FONSÊCA, P. N. Perdão conjugal: Uma explicação a partir dos valores humanos. **Trends in Psychologic**, s/l, v. 25, n. 4, p. 1913-1926, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-20Pt>. Acessado em: 20 Mai 2021.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: Trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 83, n. 1, p. 145-178, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452011000200006>. Acessado em: 02 Abr. 2021.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: Padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 88-108, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>. Acessado em: 15 Abr. 2021.

FUKS, M.; PEREIRA, F. B. P. A dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 124-143, 2011.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**: Fundamentos, aplicações e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**: Áreas de aplicação e atuação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Guiding actions and expressing needs: On the psychological functions of values. **Psykhé**, Chile, v. 24, n. 2, p. 1-14, 2015a. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7764/psykhe.24.4.884>. Acessado em: 19 Mai. 2021.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Patterns of value change during the life span: Some evidence from a functional approach to values. **Personality and Social Psychology Bulletin**, s/1, v. 41, n. 9, p. 1-15, 2015b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0146167215594189>. Acessado em: 16 Abr. 2021.

MARK, P. Should we study political behaviour as rituals? Towards a general micro theory of politics in everyday life. **Rationality and Society**, v. 31, n. 1, p. 313-326, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1043463119853543> Acessado em: 05 Abr. 2021.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS**. São Paulo: Silabo, 2018.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A.; LAZARE, D. C. Partidarismo, ciclos da vida e socialização política no Brasil. **Pro-posições**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-62-48-2016-0063>. Acessado em: 10 Mai. 2021.

OSER, J.; HOOGHE, M. Democratic ideals and levels of political participation: The role of political and social conceptualisations of democracy. **The British Journal of Politics and International Relations**, s/1, v. 20, n. 1, p. 711-730, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1369148118768140>. Acessado em: 10 de Mai. 2021.

PALHARES, F. *et al.* Adolescentes materialistas brasileiros estão satisfeitos com suas vidas. **Psico-USF**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 731-740, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712018230412>. Acessado em: 15 Abr. 2021.

PASQUALI, L. **Delineamento de pesquisa em ciência**. São Paulo: Vetor, 2015.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; BARROS, T. S. Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722004000100002>. Acessado em: 20 Mai. 2021.

RANDLES, D. *et al.* Experienced adversity in life is associated with polarized and affirmed political attitudes. **Social Psychological and Personality Science**, s/1, v. 8, n. 6, p. 652-659, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1948550616675668>. Acessado em: 15 Mai. 2021.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A psicologia política das classes sociais no Brasil: Atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 59, n. 1, p. 236-245, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/00115258201670>. Acessado em: 15 Mai. 2021.

REZENDE, A. T. *et al.* Correlatos valorativos de crenças em teorias da conspiração. **Avances en Psicología Latinoamericana**, s/1, v. 37, n. 2, p. 219-234, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7211>. Acessado em: 14 Abr. 2021.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e protesto político na América Latina: Bases psicossociais da contestação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 373-402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/50102-69922016000200005>. Acessado em: 10 Abr. 2021.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200003>.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ROS, M.; GOUVEIA, V. V. **Psicologia social dos valores humanos**: Desenvolvimento teórico, metodológicos e aplicados. São Paulo: Senac, 2015.

SALES, A. L. L. F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. (Re)Framing a problem: Militancy in question. **Trends in Psychology**, s/1, v. 26, n. 2, p. 565-592, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.2-02Pt>. Acessado em: 15 Mai. 2021.

SOARES, A. K. S. *et al.* “Faça o que eu digo, não o que eu faço?” Um estudo sobre a transmissão valorativa entre pais e filhos. **Revista Colombiana de Psicologia**, Colômbia, v. 29, n. 1, p. 29-44, s/a. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcp.v29n1.72405>. Acessado em: 20 Mar. 2021.

SOUZA, L. E. C. *et al.* Questionários dos valores básicos – diagnóstico (QVB-D): Evidências de validade de construto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 291-301, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528209>. Acessado em: 15 Mai. 2021.

TORRES, C. V.; SCHWARTZ, S. H.; NASCIMENTO, T. G. A. A teoria dos valores refinada: Associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 341-356, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420150045>. Acessado em: 04 Mai. 2021.

## COMO CITAR

CUSTÓDIO, Matheus Alves.; OLIVEIRA, Jéssica Queiroga de. UNS QUÊS E ALGUNS PORÉNS: UMA COMPREENSÃO FUNCIONALISTA DAS ATITUDES POLÍTICAS. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências-RIEC**, v. 4, n. 2, p. 181-198, 2021.